

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte:

Jornal de Sta Catarina
19.08.90

Class.:

312

Data:

Pg.:

Criação de gado clandestina na Ilha do Bananal

GOIÂNIA — Mais de 50 mil cabeças de gado estão sendo criadas clandestinamente por fazendeiros goianos e tocantinenses, incluindo servidores da própria Fundação Nacional do Índio (Funai), no Parque Nacional da Ilha do Bananal, comprometendo os recursos naturais da maior ilha fluvial do mundo, cujas terras são divididas entre uma reserva ecológica e outra indígena-último refúgio dos Garajás, Javae, Xambioa, e, possivelmente, um grupo remanescente dos Ava-Canoeiro. Até dois povoados — "Barreira do Pequi" e "Porto Piaul" — já floresceram e prosperaram dentro daquele parque, "graças a ganância dos políticos e a omissão da própria Funai", segundo entendimento do atual superintendente do órgão, nesses dois estados, Amilton Jerônimo de Figueiredo.

Além da depredação e desfiguração ecológica do parque, o superintendente afirma que a omissão das diretorias anteriores da Funai, órgão criado para a proteção aos índios, possibilitou o seu massacre. Depois de uma recente visita à reserva, dizendo-se envergonhado e humilhado, Figueiredo revelou que funcionários da Funai sempre foram coniventes com a invasão das terras indígenas. Ele constatou que funcionários possuem até casa naqueles povoados clandestinos.

"Para um índio visitar um parente seu em outra aldeia, dentro de sua própria reserva, é obrigado a passar por umas 10 porteiros", disse o superintendente.

PRÁTICA ANTIGA

Hélio Madalena, chefe da Divisão do Patrimônio Indígena da fundação, reconhece que é muito antiga a prática de se criar gado na Ilha do Bananal, principalmente na época da seca, quando as pastagens da região se tornam fracas. Mesmo assim, ele explica que essa alternativa de manejo do rebanho é proibida, pois provoca sérios danos ao patrimônio indígena e ecológico. Com a insistência dos fazendeiros em manter seu gado na ilha, 15 agentes da Funai e cinco da Polícia Federal se encontram desde quarta-feira dessa semana na ilha, fazendo um levantamento dos fazendeiros reincidentes e multando-os. "Ou se paga a indenização, ou se confisca o gado", afirmou Madalena.

FISCALIZAÇÃO

A equipe de fiscalização descobriu que um dos principais pontos de entrada clandestina do gado para a ilha é a Fazenda Ponderosa, próxima ao Porto Canguçu, no município de Pium-Tocantins. Nessa época do ano, o braço do Araguaia e o rio Javaé estão muito secos impossibilitando a fiscalização por barco. Mas, como as águas não baixaram o suficiente para permitir a travessia de algum veículo, a fiscalização fica também muito difícil por terra. As multas, que variam de 500 a 8 mil BTN's, são aplicadas de acordo com a quantidade de gado, o nível de consciência do fazendeiro, seu poder aquisitivo e o grau de prejuízos provocados ao meio ambiente.

CONSERVAÇÃO

Formadas pelos rios Araguaia e Javaé, a Ilha do Bananal tem mais de 20 milhões de hectares, sendo que os 1.650 mil hectares de sua parte Sul pertencem aos Carajás e Javaé, seus antigos habitantes, enquanto a parte Norte, com 562.312 estão sob responsabilidade do Ibama para conservação ecológica. Apesar das agressões sofridas por mais de um século, o parque pode ser considerado um santuário ecológico, com rica mostra tanto da fauna e flora, típicas do cerrado, quanto da mata Amazônica. Animais de grande porte, como onças pintadas, servos-do-pantanal, ariranha, tamanduá-bandeira, lobo guará, botos e pirarucus, entre outros animais em extinção, ainda podem ser encontrados ali.

DOAÇÃO

No ano passado, a Ilha do Bananal, também foi "doada" pelo governador Siqueira Campos à recém-criada Universidade do Tocantins (Unitins), mas ele tentou, antes disso, sua municipalização, ou "doação" a uma entidade ecológica mantida por instituições estrangeiras. Alberico Soares, superintendente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), no Tocantins, garante que qualquer transição sendo a ilha como objeto é ilegal, pois sua posse é da União e dos próprios índios, conforme decreto assinado em 1959, pelo então presidente Juscelino Kubitschek, novamente regulamentado nos os 71, 73 e 80.